

A AGENDA 2030 NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

2030 AGENDA IN BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES: AN EXPLORATORY STUDY

Cristiano Lanza Savegnago **1**
Simone da Rosa Messina Gomez **2**
Marilene Gabriel Dalla Corte **3**

Resumo: Os estudos do grupo de pesquisa Gestar/CNPq/UFSM têm em suas prioridades e fundamentos a análise de políticas e processos de gestão da Educação Superior. Nesse sentido, este texto de caráter exploratório objetivou verificar como a Agenda 2030 vem sendo abordada nas Universidades Federais brasileiras. Realizou-se análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades e dos seus respectivos sites. Evidenciou-se que cinco universidades contemplam expressamente a Agenda 2030 em seus PDI. Também, constatou-se que a Agenda 2030 vem sendo abordada em outras ações nas demais Instituições: promoção de eventos; formação de agentes multiplicadores; desenvolvimento de projetos de extensão com aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); desenvolvimento de trabalhos acadêmicos conectados aos ODS, entre outras atividades acadêmicas. Torna-se necessário maior engajamento da comunidade universitária para que a Agenda seja priorizada, assim como o alcance dos ODS se constituam efetivos até 2030 considerando o compromisso de inserção social das IES.

Palavras-chave: Agenda 2030. Universidades Federais. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Inserção Social.

Abstract: The studies of the Gestar/CNPq/UFSM research group have in their priorities and foundations the analysis of higher education management policies and processes. In this sense, this exploratory text aimed to verify how the 2030 Agenda has been approached in Brazilian Federal Universities. Documentary analysis of the Institutional Development Plan (IDP) of universities and their respective websites was carried out. It became evident that five universities expressly contemplate the 2030 Agenda in their IDPs. Also, it was found that Agenda 2030 has been addressed in other actions in other institutions: promotion of events; training of multiplying agents; development of extension projects with adherence to the Sustainable Development Goals (SDGs); development of academic works connected to the SDGs, among other academic activities. There is a need for greater engagement by the university community for the Agenda to be prioritized, as well as the achievement of the SDGs to become effective by 2030 considering the commitment to social inclusion of the HEIs.

Keywords: Agenda 2030. Federal Universities. Sustainable Development Goals. Social Insertion.

-
- 1** Mestre em Políticas Públicas em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6736304477108307>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7781-4040>. E-mail: cristianolanza@hotmail.com
 - 2** Doutora em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1304285992542398>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1666-8016>. E-mail: simessina@gmail.com
 - 3** Pós-doutora em Educação. Doutora em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1554366181630485>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8272-2944>. E-mail: marilenedallacorte

Introdução

A Educação Superior tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento socioeconômico a partir da produção de conhecimento científico e tecnológico, porém sem descuidar das problemáticas socioambientais. A Universidade, pela sua natureza investigativa, constitui-se em um dos atores com papel de extrema relevância para o enfrentamento dos problemas contemporâneos, os quais são muitos. Entretanto, consensualmente, 193 nações elencaram os mais relevantes e formalizaram um compromisso para mitigá-los ou erradicá-los.

Nesse sentido, ocorre a construção de uma agenda sustentável universal, a qual é representada por meio do documento adotado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, conhecido como Agenda 2030. O compromisso assumido pelos representantes dos 193 Estados-membros da ONU “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” consiste em um plano de ação composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), divididos em 169 metas que abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).

Todos os países e partes interessadas podem atuar para a implementação do plano, visto que são ações para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Em outras palavras, trata-se de uma lista de prioridades e ações a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada rumo a um 2030 sustentável (ONU, 2015). Entretanto, há que se considerar que cada país poderá adotar uma sistemática para implementar os ODS de acordo com seu contexto local, priorizando uns ou outros objetivos.

No caso das instituições educativas, especialmente as universidades, estas têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988) para produzir estudos sistemáticos dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional, nacional ou até global (BRASIL, 1996). Em decorrência disso, a universidade representa um ator com papel de destaque para a implementação dos ODS, uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm potencial para transformar a sociedade.

No entanto, para alcançar a efetividade de uma agenda global torna-se necessário, inicialmente, uma ampla divulgação para todos os atores envolvidos. Especificamente em relação às universidades públicas federais, é necessário que a comunidade universitária conheça e aproprie-se dos objetivos da Agenda para que, posteriormente, possa contribuir na elaboração das estratégias institucionais, bem como na implementação de ações para atingir as metas que compõem os ODS.

Sem a pretensão de esgotar todas as ações desenvolvidas nas universidades públicas, em termos de Agenda 2030, esta pesquisa propõe-se a identificar algumas ações e estratégias formais adotadas pelas universidades federais brasileiras.

Considerando o objetivo proposto de compreender como a Agenda 2030 vem sendo abordada e priorizada no âmbito das Universidades Federais brasileiras, este estudo classifica-se como uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa. Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória objetiva desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental com uso de dados em fontes primárias, como documentos pertencentes a arquivos públicos das IES federais brasileiras que, nesse caso, analisou-se os Planos de Desenvolvimento Institucional (LAKATOS ; MARCONI, 2001).

O estudo foi realizado em duas fases: a) na primeira fase, delimitou-se o problema: como as instituições de Educação Superior vem abordando a agenda 2030 em seus documentos oficiais? Como hipótese, considerou-se que a abordagem da agenda 2030 ainda é incipiente nos documentos oficiais dessas instituições, por ser um tema ainda recente; b) na segunda fase, realizou-se uma consulta ao site oficial do Ministério da Educação (e-MEC), a fim de identificar todas as universidades federais cadastradas. Foram encontradas 67 universidades. Logo após, realizou-se o levantamento dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) no site oficial de cada instituição, bem como uma análise com a finalidade de verificar se a Agenda 2030 estava contemplada de forma expressa em tais documentos. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa através do campo de busca do site de cada instituição, digitando-se a expressão “Agenda 2030” com o objetivo de identificar ações relacionadas à Agenda desenvolvidas no âmbito de cada instituição.

No período do levantamento das informações, o qual ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2020, não foi localizado o PDI de quatro universidades, bem como não foi possível recuperar notícias relacionadas à Agenda 2030 em sete instituições.

Para o tratamento dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Bardin (2009) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, considerando-se as seguintes fases: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. Na sequência, buscou-se categorizar as informações com base no Guia “Como começar com os ODS nas universidades” da *Sustainable Development Solutions Network* (2017). Os resultados foram analisados a partir de duas categorias: a) Integração da Agenda 2030 no PDI de forma expressa e b) Ações relacionadas à Agenda 2030 desenvolvidas na instituição.

Para alcançar esse propósito, esta produção científica foi estruturada da seguinte maneira: na segunda seção apresenta-se aspectos conceituais voltados para uma breve historicidade do processo de construção da Agenda 2030, da importância e do papel da universidade pública na implementação dos ODS; a terceira seção compreende a análise e a discussão dos resultados e, na quarta seção, apresentam-se as considerações finais.

A construção da Agenda 2030 e o papel das universidades públicas brasileiras

Para fins de compreensão das temáticas abordadas nesta produção, a revisão da literatura contempla: a) reflexões sobre o processo de construção da Agenda 2030 a partir de um breve histórico; b) discussões acerca do papel da universidade pública na implementação dos ODS.

Objetiva-se com esta seção produzir sentidos acerca da necessidade de uma mudança de postura dos governos, da sociedade civil organizada, do setor privado e da comunidade acadêmica diante dos desafios globais. Da mesma forma, pretende-se construir conceitos que potencializem um olhar sobre o setor educacional, a fim de enfatizar a importância da participação da IES federais na construção de caminhos para a implementação dos ODS.

O processo de construção da Agenda 2030: breve histórico

A humanidade, no decorrer da sua existência, tem usufruído de recursos naturais que são limitados. Ao longo da sua história, os grupos humanos passaram por diversas fases de desenvolvimento. Entretanto, nas últimas décadas, esse desenvolvimento vem acontecendo com a adoção de novas tecnologias e modelos econômicos, em que o lucro prevalece como principal objetivo, o que vem acarretando a má utilização dos recursos naturais e causando grandes impactos ambientais (SEIFFERT, 2009).

Nessa direção, de acordo com Milani (1998), a evolução histórica da problemática ambiental, em âmbito internacional, pode ser dividida em três fases: a) estende-se do início do século XX até a Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, fase em que a temática ambiental ainda está em formação e suas inter-relações com a ordem mundial, praticamente, não são denunciadas; b) na Conferência de Estocolmo a temática ambiental passou a integrar, definitivamente, a agenda internacional. Foi nessa conferência que as questões ambientais passaram a ser tratadas como um assunto não apenas científico, mas também político e de responsabilidade de todos (LAGO, 2006); e c) o último período que se estende de 1985 aos dias atuais, e que marcará a globalização definitiva da problemática ecológica, ultrapassando as dimensões meramente locais, nacionais ou regionais da degradação causada, sobretudo após a realização da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992 (MILANI, 1998).

Conforme destacado, na década de 80 o meio ambiente e a ecologia passaram a ser temáticas centrais nas agendas dos diversos atores, em nível internacional. Foi em 1987, com a publicação do Relatório de Brundtland intitulado “*Our common future*”, “Nosso futuro comum”, que o desenvolvimento sustentável ganha destaque, tendo como ideia central o desenvolvimento no presente, sem comprometer as gerações futuras.

Outro marco importante para a construção coletiva de uma agenda global para o desenvolvimento sustentável foi a década de 90. O grande evento para o debate ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Conhecida como Rio-92 ou ECO-92, esta agenda possibilitou um entendimento consensual de que as nações mais desenvolvidas eram as maiores responsáveis pelos perigos ao meio ambiente e, por sua vez, os países em desenvolvimento necessitavam de suporte financeiro e tecnológico para atingir um modelo sustentável (LAGO, 2006). A partir desse entendimento os países adotaram a primeira carta de intenções, em escala global, para promover um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI. Tratava-se da Agenda 21, a qual tinha como objetivo principal a erradicação da pobreza e a mudança da forma de utilização dos recursos naturais (SEIFFERT, 2009).

Duas décadas após a Rio-92, a cidade do Rio de Janeiro recebeu 193 delegações e representantes da sociedade civil para renovar o compromisso global, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015. A conferência foi denominada de Rio+20 e, a exemplo das anteriores, reuniu os países para discutir questões de caráter global como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

Com o fim do prazo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2000-2015 (ODM), os quais eram compostos por oito objetivos, a saber:

- 1 - Acabar com a fome e a miséria;
- 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos;
- 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 - Melhorar a saúde das gestantes;
- 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças;
- 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ODM BRASIL, 2020).

Foi proposta uma nova agenda ampliada, a Agenda 2030, ainda no ano de 2015. A Agenda 2030 passou a consistir em uma iniciativa de ordem mundial para dar continuidade às conquistas dos ODM e buscar atingir suas metas inacabadas, no intuito de criar uma realidade global mais igualitária e pacífica.

Para tanto, sob o lema “ninguém será deixado para trás”, adotou-se na Assembléia Geral da ONU o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que busca, principalmente, erradicar a pobreza em todas suas formas e dimensões por meio do fortalecimento, conscientização e concretização do desenvolvimento sustentável em caráter global.

Assim, a nova Agenda global tem sido considerada uma decisão histórica, tendo em vista que nunca antes todos os 193 Estados membros da ONU haviam se comprometido com uma ação comum e um esforço via uma Agenda política tão ampla e universal (ONU, 2015). O documento elencou 17 objetivos e 169 metas para compor a nova Agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, configurando os ODS (Figura 1), os quais devem ser alcançados até 2030.

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: ONU (2015).

Os ODS representam o compromisso não apenas dos governos, mas, também, da sociedade civil organizada, do setor privado, da comunidade científica e acadêmica e das pessoas como um todo (ONU, 2015). Nesse sentido, as universidades enquanto instituições responsáveis pela geração e difusão do conhecimento, estão sendo consideradas atores centrais para o alcance dos ODS, pois por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão abrangem vários dos ODS, ou seja, buscam estabelecer parcerias com diversos setores, inovação através da pesquisa, qualificar os profissionais e por meio de uma educação de qualidade, entre outras ações que contribuem para o alcance dos objetivos da Agenda.

Nessa perspectiva, a próxima seção destina-se a elencar algumas contribuições das universidades públicas que evidenciam a sua importância frente aos desafios globais.

O papel da Universidade pública na implementação dos ODS

Os órgãos públicos possuem um papel importante quando se trata de desenvolvimento sustentável. Tal importância está relacionada, principalmente, a dois aspectos: são grandes consumidores de recursos em virtude da amplitude de suas demandas e, aliado a isso, a Administração Pública deve ser exemplo com relação à forma que exerce suas atividades (BRASIL, 2009).

Em se tratando de Instituições de Educação Superior, especialmente as universidades federais, estas se constituem em organizações públicas de grande relevância para a disseminação e promoção de práticas sustentáveis no Brasil. Isso porque a universidade pública é um espaço que congrega diversos saberes, das mais variadas áreas do conhecimento (CHAUÍ, 2003). Em outras palavras, é a organização social que possui uma extensa experiência em investigação interdisciplinar e, portanto, tem um potencial de conhecimento que se torna essencial para o enfrentamento dos problemas contemporâneos.

Nessa direção, Kraemer (2004) entende que a universidade caracteriza-se como um lugar privilegiado para uma educação voltada às exigências dos tempos atuais, podendo ser uma grande produtora da ideia de sustentabilidade. Ademais, as universidades orientam-se pelo princípio Constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (CF/1988). Princípio que, nas palavras de Gonçalves (2015), pode ser compreendido como uma resposta às demandas sociais, por uma universidade que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que adote uma formação e produção de conhecimento de acordo com as necessidades sociais.

Nessa linha de pensamento, a universidade ao estabelecer a interlocução entre suas atividades de ensino, pesquisa e extensão poderá incluir em sua agenda de compromissos sociais os ODS da Agenda 2030. Entretanto, Wachholz (2014) alerta que tornar-se sustentável requer da universidade, muitas vezes, uma mudança na sua estrutura física, na sua gestão, em seus projetos

de cursos e processos de pesquisa, mudança essa que necessita alcançar toda a comunidade acadêmica.

Na perspectiva da importância do envolvimento do setor acadêmico para a consecução dos ODS, bem como da necessidade urgente de pôr em prática ações para alcançá-los, a *Sustainable Development Solutions Network (SDSN) Austrália/Pacífico* com a colaboração de *Australian Campuses Towards Sustainability (ACTS)* e da Secretaria Global da SDSN, tomaram a iniciativa de mobilizar experiência e recursos, tanto técnicos como científicos, da academia, sociedade civil e do setor privado, em prol do desenvolvimento sustentável (SDSN Austrália/Pacífico, 2017).

Uma de suas iniciativas foi a elaboração de um Guia para as Universidades, os Centros de Educação Superior e a Academia intitulado “Como começar com os ODS nas universidades”. O Guia descreve conceitos gerais, passos e exemplos que auxiliam no desenho e na aproximação em direção aos ODS, ainda que a forma de implementação de cada instituição seja diferente, alguns passos para começar ou aprofundar o compromisso institucional poderão ser adotados, tais como:

1. Conhecer e identificar o que já está sendo feito (mapeamento);
2. Apropriar-se da Agenda desenvolvendo capacidade e liderança interna dos ODS;
3. Identificar prioridades, oportunidades e fraquezas;
4. Integrar, implantar e incorporar os ODS nas estratégias, políticas e planos da universidade;
5. Monitorar, avaliar e comunicar suas ações com respeito aos ODS (SDSN Austrália/Pacífico, 2017, p. 4).

Observa-se que o Guia sugere, no item 4, a incorporação dos ODS nos planos e estratégias das universidades, ou seja, é reforçada a importância de se inserir e discutir os grandes problemas globais da sociedade junto às demandas da comunidade universitária, na perspectiva da interlocução e inserção social. Assim, vale lembrar que o documento oficial utilizado pelas universidades para responder às demandas da comunidade universitária e da sociedade é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além de ser um instrumento de gestão, norteador do caminho a ser seguido para cumprir a missão e alcançar os objetivos institucionais, o PDI é também um requisito legal para o credenciamento de Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2004) e de alcance as demandas sociais e profissionais.

Em virtude dessas características, o documento é elaborado com base no Plano Nacional da Educação (PNE), no Plano Plurianual (PPA), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), entre outros marcos normativos. No âmbito legal, atende a vários dispositivos, sendo os principais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 (LDB), que define e regulariza a organização da educação brasileira; a Lei n. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Decreto n. 9.235/2017, o qual dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior no sistema federal de ensino, entre outros.

Portanto, a universidade ao congregar os anseios da sua comunidade em seus planos institucionais, produz um importante papel e impacto educacional, político, social, econômico, ambiental e tecnológico no seu entorno. Porém, ao incorporar os princípios dos ODS em sua estrutura de gestão, certamente poderá produzir um impacto muito maior e em âmbito global. Evidentemente, que é preciso reconhecer que as universidades se diferem umas das outras em muitos aspectos, tais como: tamanho, estrutura, contexto socioeducacional, trabalho preexistente em desenvolvimento sustentável, valores, prioridades e necessidades das comunidades às quais atendem (SDSN Austrália/Pacífico, 2017).

Por outro lado, a despeito dessas diferenças, Kraemer (2004) enfatiza que as universidades, pela sua capacidade de reflexão e por seus trabalhos de pesquisa, não devem somente advertir, mas também tomar iniciativa e indicar possíveis alternativas para um mundo viável. Um exemplo disso foi a criação do quesito Inserção Social como categoria de avaliação da pós-graduação, o qual “trata-se, em última instância, de um novo olhar a ser lançado sobre a pós-graduação stricto sensu do país, no sentido da verificação de sua presença e do seu impacto na e sobre a sociedade”

(BOUFLEUER, 2009, p. 372).

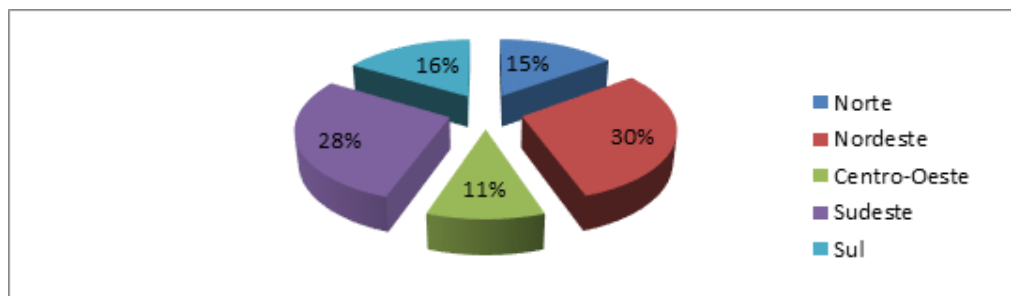
Vale destacar que o *ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura* é contemplado por meio da inserção social da pós-graduação, em especial dos cursos com vertente profissional, na medida em que ocorre o estreitamento da relação entre a academia e a sociedade. Isso possibilita que a pesquisa científica converta-se em inovação tecnológica, proporcionando maior capacidade produtiva da indústria, bem como melhoria dos serviços de saúde e educação, entre outros.

Outro destaque é que, atualmente, cerca de 1.300 instituições de Educação Superior de vários países integram a rede Impacto Acadêmico das Nações Unidas (em inglês, *United Nations Academic Impact – UNAI*), que consiste em uma rede de compartilhamento de conhecimentos, pesquisas e soluções para enfrentamento dos diversos desafios globais. No Brasil 25 universidades federais são integrantes da referida rede, o que demonstra o compromisso e o interesse da IES públicas em estabelecer parcerias e cooperação internacional, a fim de promover o intercâmbio de conhecimento, no intuito de contribuir com o ODS 17, cujo objetivo é o fortalecimento e a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Ações universitárias inter-relacionadas a Agenda 2030

Para além das iniciativas elencadas no PDI das Instituições, prioriza-se apresentar outras ações e estratégias específicas que demonstram as potencialidades e os desafios das IES federais na busca de soluções para os problemas globais da sociedade com aderência aos ODS, com a finalidade de discutir as possíveis contribuições das IES federais que ratificam o compromisso com a Agenda 2030. Para contextualizar o estudo, organizou-se o Gráfico 1 que ilustra o universo da pesquisa, a partir da distribuição das IES federais nas regiões brasileiras.

Gráfico 1. Distribuição das Universidades Federais por região do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com base no portal do e-MEC.

Pode-se observar que as regiões Nordeste e Sudeste concentram juntas mais da metade (58%) das universidades federais brasileiras, totalizando 49 universidades. A região Sul e a região Norte têm um quantitativo muito semelhante de IES, respectivamente, 11 ou (16%) e 10 ou (15%). Na região Centro-Oeste estão 7 ou (11%) das IES federais, portanto, a menor concentração dentre as regiões brasileiras. Avançando para as categorias de análise elencadas para este estudo, os achados da pesquisa foram categorizados da seguinte forma:

Integração da Agenda 2030 no PDI

Conforme já referido, o PDI representa o instrumento oficial de planejamento de curto, médio e longo prazo (atualmente tem sido articulado para um decênio) que expressa eixos norteadores, prioridades, estratégias, metas e ações para o alcance de objetivos estratégicos nas universidades. Portanto, tudo o que é importante para a instituição deve estar contemplado neste documento e, por óbvio, como se trata de um plano, o caminho a ser percorrido também necessita estar traçado.

Nessa perspectiva, o PDI constitui-se em um documento estruturante do processo de planejamento das IES, no qual se expressam as exigências legais e essenciais à gestão institucional, tais como: filosofia de trabalho; missão; diretrizes pedagógicas; estrutura organizacional; indicadores de desempenho, entre outras informações (BRASIL, 2017).

Destaca-se, ainda, que a partir da vigência da Lei 10.861/2004 e, posteriormente, com edição da Portaria 21/2017, o PDI passou a ser o instrumento responsável pela manutenção dos padrões de qualidade institucional. Por exemplo, o PDI contribui para o alcance do *ODS 4 - Educação de Qualidade*, uma vez que a Educação Superior tem a incumbência de formar indivíduos capacitados profissionalmente, mas também cidadãos solidários, éticos, críticos e conscientes dos desafios contemporâneos. Para tal, torna-se necessário o estabelecimento de estratégias e ações de forma conjunta para o alcance deste e de outros ODS, o que é possibilitado com a construção e consecução compartilhada do PDI.

Neste estudo, constatou-se que apenas cinco universidades federais brasileiras mencionam a Agenda 2030 expressamente em seus PDI: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade Federal de Viçosa (UFV). O Quadro 1 demonstra a forma como a Agenda 2030 é abordada no PDI de cada Instituição.

Quadro 1. Abordagem da Agenda 2030 no PDI de Instituições Federais de Educação Superior

Instituição	Forma de abordagem da Agenda 2030 no PDI
UNIPAMPA	<p>A agenda é mencionada no Eixo Aperfeiçoamento Institucional no item 4 Políticas de Gestão conforme segue: “[...] tais políticas deverão estar comprometidas com a Plataforma Agenda 2030 [...] com a racionalização dos recursos, sejam estes econômicos, sejam materiais, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, preservando o interesse da sociedade em ter educação superior de qualidade, de forma a garantir a melhor aplicação desses recursos na Instituição” (UNIPAMPA, 2019, p. 34).</p> <p>O documento elenca como princípio específico das políticas de gestão a “Sustentabilidade institucional, considerando a Plataforma Agenda 2030, compromisso a ser efetivamente priorizado e observado no desenvolvimento de todas as ações e da infraestrutura da Universidade” (UNIPAMPA, 2019, p. 35). Assegura, ainda, que “A adesão e o desenvolvimento de ações que contemplem as agendas positivas como Agenda 2030 [...] deverão ser implementados na Instituição” (UNIPAMPA, 2019, p. 94).</p>
FURG	<p>A agenda é abordada no Eixo Gestão Ambiental e está contemplada no Objetivo 3: Incentivar a reflexão sobre os temas da sustentabilidade, tendo como estratégia “incentivar ações de difusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)” (FURG, 2019, p. 56).</p> <p>Enquanto indicadores para mensurar os resultados, o documento estabelece o “número de ações de divulgação dos ODS” (FURG, 2019, p.56).</p>
UFRB	<p>A Agenda aparece no Eixo Políticas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. “A sustentabilidade é de fundamental relevância para toda e qualquer instituição. Para as universidades deve ser considerada tema transversal que perpassa por todas as áreas de atuação, desde o ensino à pesquisa, extensão e ações administrativas. Sua efetividade pode ser constatada por meio da incorporação das pautas oriundas da Rio+20, nas ações de Educação Superior para Sustentabilidade, coadunando com os objetivos da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, norteados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e acordados em 2015 por diversos países, dentre eles o Brasil” (UFRB, 2019, p. 92).</p>

UNILA	É mencionada nos documentos de referência da seguinte forma: “Os documentos oficiais a seguir serviram de fontes de consulta para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNILA (PDI 2019-2023): [...] Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [...]” (UNILA, 2019, p. 21).
UFV	É abordada dentro do Eixo Sustentabilidade e Segurança . “Considerada como fundamental na agenda global, a sustentabilidade se tornou pauta efetiva das Instituições de Ensino Superior durante a Rio+20 por meio da Iniciativa de Educação Superior para Sustentabilidade, indo ao encontro dos objetivos da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, orientados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e acordados em 2015 por diversos países, dentre eles o Brasil” (UFV, 2018, p. 69).

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos PDI das IES federais.

Ao analisar as IES que contemplam a Agenda 2030 em seus PDI, percebe-se que a Agenda aparece vinculada, de maneira geral, ao eixo das políticas ambientais e de sustentabilidade ou serviu de referência para a elaboração do Plano da Universidade. Porém, esperava-se que ao mencionar de forma expressa a Agenda no PDI, também seriam definidas as estratégias e as ações vinculadas aos ODS, o que não se constatou em algumas das IES mencionadas no Quadro 1.

Nesse sentido, verificou-se que apenas a Universidade Federal de Rio Grande definiu, de forma explícita, apresenta estratégias e indicadores para incentivar a reflexão sobre os temas da sustentabilidade, por exemplo. As estratégias elencadas foram as seguintes:

Incorporar temas de sustentabilidade no ensino de Graduação e Pós-Graduação;

Incentivar ações de difusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); e

Promover cursos de formação continuada para servidores com temas de sustentabilidade (FURG, 2019, p. 56).

Enquanto indicadores para mensuração do progresso das ações foram estabelecidos:

Nº de ações de difusão dos ODS;

Nº de servidores com capacitação em temas de sustentabilidade e ambiente;

Taxa de cursos de graduação com disciplinas que abordam sustentabilidade e ambiente; e

Taxa de cursos de pós-graduação com disciplinas que abordam sustentabilidade e ambiente (FURG, 2019, p. 56).

Observa-se que a referida Instituição buscou estabelecer ações concretas relacionadas à Agenda, bem como indicadores para avaliar os resultados, o que poderá contribuir de forma mais efetiva para o alcance dos ODS e, conseqüentemente, melhorar o seu impacto socioeducacional. Além disso, ao priorizar tal temática nas disciplinas de graduação e pós-graduação, a instituição está oportunizando educação com “qualidade social”, ou seja, aquela que “[...] acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação” (GADOTTI, 2010, p.5).

Por outro lado, tal panorama precisa ser analisado com cautela, pois não significa que as universidades que não elaboraram estratégias e indicadores estão desconsiderando a importância da Agenda 2030. Todavia, há que se ressaltar que a não definição de mecanismos para alcançar

resultados e mensurá-los, poderá implicar na descontinuidade das ações relacionadas aos ODS no médio prazo, uma vez que os PDI, de maneira geral, são documentos com essa característica temporal.

Ações não formais relacionadas à Agenda 2030 desenvolvidas nas universidades federais brasileiras

Acredita-se que por meio das suas atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão, as universidades federais já proporcionam importante contribuição para o alcance dos ODS. Porém, de acordo com a SDSN Australia/Pacific (2017), para que se atinjam tais objetivos em escala mundial, as universidades necessitam ampliar as pesquisas sobre os ODS, no sentido de capacitar, mobilizar e implicar os estudantes com sua futura profissão e o compromisso social; demonstrar o compromisso do setor universitário com a sociedade; alinhar a governança e a gestão universitária aos ODS e incluí-los na prestação de contas, entre outros aspectos.

Com base nessas premissas, buscou-se identificar, a partir das notícias divulgadas nos sites das 67 IES federais brasileiras em estudo, as ações não formalizadas nos PDI, relacionadas aos ODS. A Figura 2 elucida as contribuições das Instituições para os ODS.

Figura 2. Resumo das contribuições das universidades para os ODS.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O arcabouço teórico deste estudo evidencia que para além de incorporar a Agenda 2030 nos PDI, há que se comunicar as ações referentes aos ODS desenvolvidas pelas universidades. Nessa perspectiva, a pesquisa apontou que entre as diferentes ações desenvolvidas pelas Instituições, os eventos para a divulgação da Agenda foram os mais frequentes.

Outra importante contribuição relaciona-se à formação de agentes multiplicadores/disseminadores, tanto no contexto interno das universidades, mediante a criação de bancos de colaboradores capacitados sobre os ODS, quanto externamente, por meio de parcerias com escolas ou outros setores da sociedade. A relevância de tal ação pode ser constatada na argumentação de Kraemer (2004), quando a autora afirma que cada estudante, convencido das boas ideias da sustentabilidade, influencia a sociedade nas mais variadas áreas de atuação.

Também, constatou-se que os ODS são abordados em atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de projetos de extensão, bem como em trabalhos acadêmicos. Observou-se, ainda, que algumas universidades decidiram regulamentar que todos os projetos de pesquisa e demais produções técnicas tenham aderência aos ODS.

Nesse contexto, foi possível identificar que as universidades analisadas, em torno de 90%, estão incluindo práticas e serviços em uma perspectiva sustentável. Porém, em virtude da urgência e magnitude do desafio em alcançar o cumprimento dos ODS até 2030, torna-se necessário ampliar e comprometer a todos os atores do contexto universitário na perspectiva de acelerar o desenvolvimento sustentável de ações concretas e compartilhadas entre diferentes setores,

multiáreas e sociedade.

Considerações Finais

A educação formal brasileira tem como objetivo a formação para o mundo do trabalho e para a prática social. A universidade, pela sua natureza, se ocupa mais diretamente com a formação e a produção intelectual, a partir do estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes da sociedade. Em vista disso, representa um dos atores proeminentes para o enfrentamento dos problemas sociais mais urgentes, a exemplo dos desafios da Agenda 2030 e, por esse motivo, não pode abster-se de dialogar e propor ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Foi a partir desse fio condutor que o presente estudo orientou-se, buscando identificar estratégias e ações adotadas pelas universidades federais brasileiras as quais estão relacionadas à Agenda global.

Algumas universidades estabeleceram, formalmente em seu PDI, sua intencionalidade acerca da implementação da Agenda 2030, já outras IES, apesar de não citarem em seus Planos Institucionais, abordam a referida Agenda por meio de debates, cursos, trabalhos acadêmicos, projetos extensionistas, entre outros, o que já aponta para algumas iniciativas importantes. Portanto, é justo e importante reconhecer que as universidades públicas brasileiras, ainda que sob adversidades de toda ordem, continuam comprometidas com a educação de qualidade e a sustentabilidade, pois este estudo evidenciou diversos exemplos de ações que impactam a sociedade e vão muito além dos muros das IES federais, chegando nas escolas e nas comunidades desfavorecidas.

Em relação às universidades que oficializaram o compromisso com a Agenda global em seus PDIs, espera-se que as contribuições sejam ainda maiores, visto que o acompanhamento das ações parte dos docentes, discentes, gestores e demais integrantes da comunidade universitária será mais frequente nessas instituições.

O somatório de ações universitárias em prol da Agenda 2030, que se unem às demais iniciativas globais, geram possibilidades de construir um mundo mais sustentável, com vistas a oferecer condições dignas de vida a todos os seres vivos.

Ainda nessa direção, esta pesquisa poderá ter continuidade através de um estudo comparado entre as instituições globais e nacionais que já estão implementando a Agenda 2030 a fim de compartilhar experiências e produzir motivações mútuas, por um mesmo objetivo: um mundo melhor.

Referências

BARDIN, Laurence . **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOUFLEUER, José Pedro. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 37, p. 371-382, 2012. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/488/418>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal.1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Manual da agenda ambiental na Administração Pública (A3P)**. 5. ed. Brasília/DF. 2009. 95 p. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em 02 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 12 jan.

2020.

BRASIL. **Portaria MEC nº 21**, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644/do1-2017-12-22-portaria-n-21-de-21-de-dezembro-de-2017-1284640-1284640. Acesso em: 19 fev. 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

GADOTTI, Moacir. Qualidade Social da Educação. **Subsídios para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Unificado (CEU)**—da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo: IPF, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229/pdfa>. Acesso em: 08 fev. 2020.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. A Universidade do Século XXI: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Curitiba, v. 3, n. 2, nov./2004. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/408/306>. Acesso em: 08 fev. 2020.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo; RIO, Joanesburgo. **O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILANI, Carlos. O meio ambiente e a regulação da ordem mundial. **Contexto internacional**, v. 20, n. 2, p. 303, 1998. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/675556efb0c6d751122a6ce254a971dc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ODM BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20)**, 2012. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Academic Impact**. Disponível em: <https://academicimpact.un.org/sites/academicimpact.un.org/files/UNAI%20MEMBERS%20LIST%20FEBRUARY%202020.pdf>. Acesso em: 19. fev. 2020.

SDSN Australia/Pacific (2017): **Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector**. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne. Disponível em: http://ap-unsdsn.org/wp-content/uploads/Como-comecar-com-os-ODS-nas-Universidades_18-11-18.pdf. Acesso em 03 fev. 2020.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: Instrumentos, esferas de ação e educação**

ambiental. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023/UNILA**. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi-unila-2019-2023-em-processo-de-revisao.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023/UFV**. Viçosa, 2018. Disponível em: <http://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/PDI-2018-2023-UNIVERSIDADEFEDERALDEVICOSA.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023/UNIPAMPA**. Bagé, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2030/UFRB**. Cruz das Almas, 2019. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pdi/images/documentos/pdi-ufrb-2019-2030.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2022/FURG**. Rio Grande, 2019. Disponível em: https://pdi.furg.br/images/PDI_2019-2022_-_21052019.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.

WACHHOLZ, Chalisa Beatriz. A sustentabilidade na universidade: o desafio da ambientalização na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Anais. X ANPESul**, Florianópolis: SC, out, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1729-0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

Recebido em 07 de março de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2022.